

Parecer nº 125/99

Data: 1999.07.27

Processo nº 659

**Requerente:** Director do Serviço Sub-Regional de Viana do Castelo do Centro Regional de Segurança Social Norte.

1. O Director do Serviço Sub-Regional de Viana do Castelo do Centro Regional de Segurança Social Norte veio solicitar à CADA emissão de parecer que esclareça dúvidas de interpretação sobre a legalidade da transmissão de dados relativos a empresas com sede neste distrito pedidos pelo Director de Finanças do Distrito de Viana do Castelo para efeitos de acção inspectiva.

Especifica o pedido:

“Havendo dúvidas de interpretação, designadamente se alguns dos elementos pedidos se integram no rol de documentos a que terceiros poderão aceder, com base no princípio do direito à informação previsto no artigo 7º da Lei nº 65/93, de 26 de Agosto, venho ao abrigo do nº 2 do artigo 15º do diploma ora citado, solicitar a V. Exa. o competente parecer sobre a possibilidade do fornecimento dos dados e/ou documentos pretendidos por aquele órgão da Administração Pública”.

2. A natureza dos documentos em causa alcança-se de forma inequívoca através da leitura da informação que foi remetida em anexo, de cuja análise resulta o seguinte quadro:
  - a) – No decurso de uma acção de inspecção tributária externa levada a efeito em relação a um sujeito passivo, detectou-se que este em certo ano prestou

serviços de construção civil, em regime de empreitada a empresas com sede em Espanha.

b) – Com a finalidade de controlar os elementos de escrita e respectivos impostos dos trabalhadores que foram destacados para Espanha efectuar tarefas, foram solicitados ao Centro Regional de Segurança Social do Norte – Serviço Sub-Regional de Viana do Castelo os seguintes elementos informativos relativamente ao sujeito passivo em apreço:

- número de trabalhadores destacados bem como a respectiva identificação;
- respectivos períodos de destacamento;
- contratos de empreitadas;
- locais onde foram ou estão a ser executadas, e
- data de admissão de pessoal na empresa fiscalizada.

3. É evidente que a massa de dados em causa tem grande relevo para permitir aferir dos reais custos suportados com a execução das empreitadas bem como aferir do real valor auferido, interessando aos serviços tributários.

Estes não se encontram, aliás, na posição típica do “cidadão desejoso de saber”, exercendo sobre quaisquer temas o seu “direito à curiosidade”, que esteve na raiz da Lei 65/93: os serviços têm o dever de saber o que releve para o exercício das suas funções, cabendo-lhes estabelecer com outras estruturas da Administração Pública formas eficazes de partilha de informação e de cooperação para o combate à ilegalidade. A revisão do artigo 35º da Constituição veio mesmo permitir que essa cooperação se faça através da interconexão de sistemas informáticos ou outras formas modernas e ágeis de acesso a informações relevantes (vg. acesso a bases de dados via internet).

Pode haver, no entanto, conflitos quanto à comunicação de dados, razão pela qual o legislador, na recente revisão da LADA (Lei 94/99, de 16 de Julho) deliberou clarificar que em tais casos cabe à CADA dar parecer sobre as questões suscitadas (artigo 2º, nº 1, d). Embora tal disposição não esteja vigente no presente momento (artigo 4º da lei citada), é esse o resultado que se alcança da boa

hermenêutica do quadro em vigor e tem sido esse o entendimento uniforme da CADA, pelo que cabe emitir parecer.

A descrição dos dados feita na informação referida suscita a questão de saber se se trata de “dados pessoais” no sentido da LADA. Com efeito a lei não usa a expressão na acepção vulgar, mas tão só para abranger aquelas “informações sobre pessoa singular, identificada ou identificável, que contenham apreciações, juízos de valor ou que sejam abrangidas pela reserva da intimidade da vida privada” (artigo 4º, nº 1, d).

Em nenhuma das situações em causa se vislumbra que tal ocorra.

4. Nestes termos, a CADA emite o seguinte parecer:

A transmissão dos dados pretendidos pelo Director de Finanças do Distrito de Viana do Castelo, feita em sigilo e para efeitos de combate à ilegalidade fiscal, não só não viola as regras prudenciais que protegem os direitos dos visados, como representa a norma e desejável cooperação entre serviços para os quais a partilha de informação deve constituir procedimento corrente, com vista ao mais eficaz exercício das respectivas competências legais.

Lisboa, 28 de Julho de 1999

*José Magalhães (Relator) – Silva Marques – Narana Coissoró – João Figueiredo – Vasco Almeida – José Renato Gonçalves – Gameiro dos Santos – Castro Martins (Presidente)*